

Resposta a Zeljko Loparic

Jurandir Freire Costa

Aqui o psicanalista, de forma igualmente vigorosa, responde às críticas do filósofo, aceitando algumas, rejeitando outras e esclarecendo certos pontos a partir da perspectiva neo-pragmática.

Percurso perguntou-me se gostaria de replicar à crítica feita por Zeljko Loparic a um conjunto de trabalhos meus que tratam das relações entre ética, psicanálise e teoria neo-pragmática da linguagem. Depois de ler a crítica, achei que era uma boa ocasião de explicitar melhor alguns de meus pontos de vista. Agradeço, portanto, à chance que a revista *Percurso* e Zeljko me deram de prosseguir num diálogo que julgo ser enriquecedor, pessoal e profissionalmente. Vou direto ao assunto.

Como a crítica de Loparic está publicada junto com esta réplica, não preciso resumir toda sua argumentação. Passo diretamente aos tópicos. Na p. 88, Loparic começa por reprovar a maneira como falo de ética. Exponho sem justificar, diz ele, a abordagem que faço do assunto. Em suas palavras: "Em vez de justificar a ética que proclama, Jurandir nos informa de suas

Jurandir Freire Costa é psicanalista, autor de *Violência e Psicanálise* (Graal, 1984), *Psicanálise e Contexto Cultural* (Campus, 1989) e *A Inocência e o Vício* (Relume Dumará, 1992), entre outros livros.

preferências teóricas. Ele associa, diriam os psicanalistas". Aqui tem início o primeiro desacordo. Eu, ao contrário de Loparic e dos psicanalistas por ele imaginados, acho que justifico. Só que minha idéia de justificação não é a mesma de Loparic. Penso que justificação é apenas a série de razões que oferecemos para as afirmações que fazemos. Loparic, ao que pude entender, acredita que existe uma só maneira correta de "justificar" asserções que ele conhece e eu ignoro. Que maneira seria esta? Vejamos. Enquanto eu "associo", aliás, a seu ver, de maneira pouco livre, já que minha justificação restringe-se "a um certo neo-pragmatismo, em moda nos States", Loparic justifica sua opinião dizendo que esqueço de falar de Rawls, Hare, Apel e Levinas e não levo em conta que "ética é um assunto controvertido e com uma longa história". A controvérsia, a longa história, e a "justa" justificação deveriam considerar não apenas os autores citados, mas também Platão, Aristóteles, Kant, Lotze, Nietzsche e Heidegger. Passo ao largo de tudo isso, e limito-me a tomar Rorty como um "pano de fundo obrigatório" para o que sustento. Mas, pergunto: por que a controvérsia e a longa história da ética param aí? Por que não acrescentar outros clássicos do pensamento filosófico ou os modernos Bernard Williams, Mary Warnock, Alasdair MacIntyre, James Edwards, Stanley Cavell, Michel Foucault etc, à longa e controversa história das teorias da ética? Onde começa e termina a lista de autores e argumentos que tornariam minha justificativa uma "verdadeira justificativa", compatível com a "filosofia robusta" que Loparic esperava? Pergunto mais: por que as controvérsias sobre ética devem limitar-se às questões levantadas por Loparic, ou seja, idéia do bem, em Platão; virtudes naturais, em Aristóteles; idéias da razão prática, em Kant;

valores objetivos, em Lotze? Por que, por exemplo, não fazer outro recorte e dividir tematicamente as questões filosóficas sobre ética em racionalismo ético, objetivismo ético, realismo ético, fundamentalismo ético ou, então, em intuicionismo ético, emotivismo ético etc?

Acho que Loparic pede o que não dá, ou seja, que eu encontre a fonte da legítima e inequívoca justificação de uma crença ética. Imagino que os modernos autores

presentes e futuros, em todos os mundos logicamente possíveis. Acontece que Loparic, em absoluto, convenceu-me de que fez ou pode fazer isto. Não conseguiu mostrar-me que pode falar de um ponto de vista que está além ou aquém de todos os pontos de vista, para, dali, avaliar quais as opiniões corretamente justificadas. E sugiro que não pode fazê-lo porque - uma vez mais e sempre do meu ponto de vista - se fosse capaz do que

Loparic pede o que não dá: que eu encontre a fonte da inequívoca justificação de uma crença ética.

que citei não interessam a Loparic, pois, na maioria, abordam a questão ética na vertente da filosofia da linguagem, concordando ou não com o neo-pragmatismo. Como então deveria "expor" e "justificar" o que penso sobre ética, a não ser "informando" que "é um ponto de vista"? Concordo que o que disse poderia ser infinitamente melhor dito por quem tem mais competência no tema. Não sou filósofo nem especialista em ética. Mas o problema de Loparic não é o tamanho ou a complexidade conceitual da argumentação; é o fato de eu expor minhas opiniões como um ponto de vista. Conforme Loparic, minha opinião só estaria minimamente "justificada", se tivesse adotado como fundamento da vida ética "o interesse presumidamente universal acordado à ação racional", como diz Larmore. Isto é, deveria propor princípios universais válidos para todos sujeitos passados,

imagina, estaria falando "do ponto de vista do olho de Deus", como diz Putnam, e, suspeito, não teria mais por que tomar partido contra ninguém ou contra nada. O resultado deste distanciamento equânime de todos os desejos e interesses empíricos, seria, como pensam Bernard Williams e Charles Larmore, o desengajamento e a vacuidade de quaisquer propósitos éticos. Penso, com os dois autores, que, uma vez chegado ao terreno da verdade moral *sub specie aeternitatis*, o sujeito não teria porque voltar à esfera dos negócios humanos e continuar deliberando sobre o bem e o mal. Escolha e deliberação perderiam o sentido. Tornar-se-iam aplicações, em casos particulares, de regras imutáveis, incorrigíveis e indubitáveis. Loparic convenceu-se de que conhece tais regras ou que sabe quais os passos intelectuais que podem levá-lo até lá. Eu tenho outra opinião. Penso que ele

mostrou que Kant e Heidegger consideram muito importante encontrar o lugar ou a figura do Grande Legislador, do contrário não temos como evitar terríveis males morais. Não penso assim, e, adiante, tentarei mostrar porque alguns destes perigos imaginados por Loparic não me parecem necessitar obrigatoriamente do antídoto da razão e da ética universais, para serem convenientemente enfrentados. Passo a outro ponto.

Na p. 89, Loparic diz: "Não podendo contar com nenhum princípio de universalização tradicional, Jurandir recorre à 'herança democrática, humanitária, pluralista e individualista da cultura ocidental'" como solo moral do que diz. Ainda me citando, resume as prescrições desta moral mínima, nas exigências de "direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade". Diz, com propriedade, que não acredito que

Moralidades ou realidades não podem ser investigadas "no que realmente são".

tais prescrições possam ser fundamentadas por meios outros que não as "crenças éticas compartilhadas na linguagem comum", e que me contento com a parca teoria de verdade de Davidson, deixando de lado noções como as de "verdadeira"

detranscendental", em Kant; mentiras não morais de Nietzsche e de verdade enquanto "abertura que o homem é chamado a habitar", de Heidegger. Não só isso. A seu ver, contextualizo a noção de verdade a tal ponto que "a oposição entre o verdadeiro e o falso fica reduzida àquela entre o bom e o mal. É o triunfo do Ideal sobre o princípio de realidade.(...) Além de coletivizada, a verdade também é moralizada".

Neste tópico, acho que Loparic ajudou-me a ver a insuficiência do argumento, no interior do ponto de vista que defendo. Nos textos citados por ele, escritos em períodos diferentes e com propósitos diferentes, não expus claramente as relações entre teoria da verdade e crenças éticas. Mostrei uma certa hesitação conceitual, que me acho obrigado a corrigir, graças à seu comentário. Se bem entendi, Loparic diz que moralizo e coletivizo a verdade, porque parte de premissas diversas das minhas. Tomo, primeiro, a questão da *moralização da verdade*, e depois, analiso a questão da sua "coletivização", quando abordar a questão do "nós" ético. Loparic pensa que moralizo a verdade porque acha indiscutível a existência de "uma realidade" que pode confirmar ou negar se o que é dito sobre ela é "verdadeiro ou falso". Portanto, afirmações sobre a realidade não teriam nada a ver com a moralidade. O que é verdadeiro é verdadeiro, independente de ser bom ou mau. Verdade e falsidade dizem respeito à julgamentos de existência; ao "que é" e ao "que não é". O ser daquilo "que é na realidade" não depende da interpretação que lhe é dada. Davidson, e com ele Rorty, discordam desta opinião. Na teoria de Davidson, verdade é uma determinada feição gramatical ou semântica de sentenças ou enunciados complexos que empregamos. Dizer que uma coisa é verdadeira ou dispor de uma teoria de verdade são formas

que temos de construir noções retrospectivas que mostram como assinalamos referentes à palavras ou sentenças. Quando Davidson diz que não existe algo autônomo e independente das justificações que "torne verdadeira" qualquer coisa que se diz de outra; quando diz que verdade não é um termo explicativo ou que "não tem referente" e não corresponde a nada, quer dizer que chamamos de verdadeiro aquilo que aprovamos, dentro de contextos específicos de ação ou decisão. Loparic vê no que afirmo o "triunfo do Ideal sobre o princípio de realidade", porque acha que pode observar a realidade tal qual é, e contrastar esta realidade a) com enunciados que se ocupam de investigar "o que é" e b) com enunciados que se ocupam com "o que deve ser". Os primeiros obedecem ao princípio da realidade; os segundos aos ideais, às crenças, ao desejo ou às opiniões de cada um. Em seu entender, confundo tudo, quando moralizo o que não é moralizável, ou seja, a realidade. Mas, com Wittgenstein, Davidson, Rorty e outros, não é isto que penso. Não nego que existam procedimentos diversos para que se diga que "tal coisa é verdadeira" ou que "tal coisa é falsa". Só não acredito que *moralidades* ou *realidades* sejam coisas que possam ser vistas, analisadas, investigadas "no que realmente são" ou "no que têm de intrínseco", para depois dizer que "os enunciados que ajudam a predizer e a controlar" são adequados às "realidades" e "os enunciados que ajudam a decidir o que fazer moralmente" são adequados às "idealidades". Penso que toda realidade ou toda moralidade que posso conhecer e discutir é realidade ou moralidade "sob descrição". E descrevo uma e outra, no interior de teorias de verdade que informam o que considero "verdadeiro". Uma "pedra" e um "pecado" podem ter várias realidades. Posso ver numa "pe-

dra" realidades diferentes se sou físico; geólogo; alpinista; pedreiro; decorador; arqueólogo; poeta (Drumond, João Cabral, Gertrude Stein); religioso ("atire a primeira pedra"); manifestante político em combate contra a polícia ou filósofo. Posso ver num "pecado" realidades morais diferentes se sou historiador das mentalidades; psicanalista; teólogo; literato; libertino etc. Loparic pode responder que, pouco importa se a "extensão" e a "intensão" da palavra pedra variam conforme os mundos possíveis. O importante é que a "identidade" da pedra é garantida, em contextos diversos, pela "realidade intrínseca" da pedra. Mas qual é a "realidade intrínseca" da pedra? É a soma de todos os predicados aplicáveis às entidades às quais o termo pedra se aplica? Mas e se, no futuro, a palavra "pedra" vier a aplicar-se à entidades que não conhecemos, ainda assim a "identidade ou a intrinsicalidade" da pedra estará garantida? Então, a "intrinsicalidade" da pedra é verdadeira *a priori* e por definição? Ou seja, decreto que: "tudo o que vier a ser chamado de pedra pertencerá a realidade intrínseca da pedra"? Mas, e se em uma outra classificação, muitas das coisas que chamamos de "pedra" vierem a ser retiradas da classificação que usamos, para serem classificadas de outra maneira? Então é porque havíamos classificado "erradamente" aquilo que chamávamos de pedra? Mas, neste caso, o que é "pedra", exceto aquilo que concordarmos em chamar de "pedra"? Onde está a "verdadeira realidade da pedra"?

Loparic não aceita este tipo de inferência. Acha que, a Razão pode descobrir a "realidade da pedra", e todos os erros e acertos possíveis serão simples etapas em direção à verdade. Para Loparic, a Razão sempre tem razão; os humanos é que erram! Eu sugiro outra coisa. Sugiro que toda realidade é "realidade relacional" ou "sob descrição".

Não existe uma "realidade da pedra" que seja mais verdadeira do que outra, exceto quando consideramos a descrição oferecida em função dos objetivos pragmáticos. Não temos como saber "qual a verdadeira natureza da pedra em si", pois sempre falamos de "pedra" de uma determinada maneira e com um determinado propósito. Não existe nem mais nem menos "intrin-

Para Loparic, a Razão sempre tem razão; os humanos é que erram.

sicalidade" na "realidade da pedra" do que existe "intrinsicalidade" na "realidade dos números". Wittgenstein mencionava isto; Rorty dá um exemplo interessante: qual a natureza do número 17, pergunta ele? A intrinsicalidade do número 17 seria a soma de 10 mais 7; ou a subtração de 20 menos 3; ou a raiz quadrada de 289; ou o quadrado de 4,123105; ou a divisão, a multiplicação etc? O que faz com que aceitemos que "uma pedra seja uma pedra", embora sob diferentes descrições, é apenas um certo hábito classificatório, que serve ou serviu a certos propósitos históricos. Um dia, serpentes e dragões, diz Foucault, foram classificados como seres de uma mesma família. A *Physalia*, diz Stephen Jay Gould, já foi classificada como um indivíduo e

como uma colônia. A "natureza intrínseca da *Physalia*" mudou, segundo a forma de descrevê-la. Por conseguinte, quando Loparic diz que "moralizo a verdade" poderia acrescentar: a) para quem acredita que existe "uma natureza intrínseca da realidade"; b) para quem acredita que existem "intermediários epistêmicos" - estados, estruturas, experiências, esquemas ou formas organizadoras mentais - que separam uma coisa chamada "sujeito, mente, linguagem ou razão" dos "objetos e da realidade"; c) para quem acredita que tais intermediários podem "enganar" quem ou aquilo que conhece, e, d) para quem acredita que o "engano" pode ser evitado, se aprendermos o que é "epistemologia" ou qual a diferença entre "verdade empírica" e "verdade transcendental". Mas eu não penso desta forma, porque Wittgenstein, Quine, Austin, Davidson, Goodman, Foucault, Derrida, Rorty, Freud e Lacan, da forma como os interpreto, me convenceram do contrário. Se posso dizer de uma "pedra" que ela é uma nuvem de elétrons; uma peça na construção de um muro; uma metáfora da hipocrisia dos fariseus; uma metáfora do aprendizado da vida etc, o que dizer de "realidades" como: "a realidade política"; a "realidade cultural" etc? Qual a "intrinsicalidade" destas realidades, para que Loparic possa separar os enunciados de verdade sobre tais realidades, ou seja, enunciados sobre "aquilo que é", dos enunciados que recomendam ou reprovam "aquilo que deve ser"? É claro que temos diferentes formas de dizer que coisas distintas são ou não verdadeiras. A maneira como ensino a uma criança que é verdade que tal objeto é uma pedra é diferente da maneira como Loparic diz que é verdade que "a verdade é a abertura que o homem é chamado a habitar". Mas sugiro que, na frase de Heidegger citada por Loparic,

distinguir o que é realidade e o que é idealidade é uma questão de ponto de vista e de ângulo classificatório. Loparic diz que numa frase como esta (a menos que se contradiga) é possível diferenciar um núcleo proposicional constativo, que afirma “o que é”, e um uso recomendativo da proposição, que tem a ver com a avaliação moral da afirmação, constatação ou declaração feitas. Não estou convencido disto. Acho que os enunciados que visam o sujeito moral são todos verdadeiros quando são moralmente justos, e falsos quando são reprováveis, porque, ao que conheço, as tentativas de descrever fisicalisticamente a moral terminam por eliminar a responsabilidade do sujeito por seus atos. Mas não nego que se possa fazer uma descrição fisicalista do sujeito e de suas intenções e, neste caso, submeter tal descrição a protocolos experimentais, com vistas à predição e ao controle. Ainda assim, digo, isto nada têm a ver com “a natureza intrínseca ou a realidade em si do sujeito”; tem a ver com a forma como o descrevemos e com o que esperamos obter da descrição escolhida. Por isso, não acho que moralizo a verdade, no sentido de Loparic, porque não creio que existam “realidades em si”, que possam, por sua própria essência ou natureza, serem ou deixarem de ser moralizadas. Se alguém for suficientemente inventivo, pode encontrar uma forma de “moralizar” as estruturas atômicas, como muitos moralizaram e continuam a moralizar coisas que chamamos de “naturais”, por não aceitarem que a “única verdade sobre as coisas do mundo” é a verdade da ciência, da tecnologia ou de um certo ramo da filosofia ou história da ciência. Existem coisas, estados de coisas e eventos que chamamos de “reais” e outros que chamamos de “ideais” ou “irreais”. Mas isto depende da maneira como relacionamos tais coisas,

estados de coisas e eventos com outros objetos, fenômenos, acontecimentos etc. Na perspectiva holista e relacional da teoria da verdade de Davidson, “o que é realmente verdadeiro” e “o que é moralmente verdadeiro” é uma questão da maneira como está sendo descrito “o que é”, comparado “ao que deve ser”.

Passo a outro comentário. Na p. 90, Loparic pergunta quem é o usuário dos vocabulários morais, na terminologia de Rorty, e como é que o sujeito, sendo apenas uma realidade linguística ou uma rede de crenças e desejos, pode ser “dotado da capacidade de tomar decisões sobre o real e o imaginário, o verdadeiro e o falso, o bem e o mal etc”. Sugiro que o espanto de Loparic deve-se ao fato de exigir um “Sujeito” por trás da “rede de crenças e desejos”. Penso que ele continua querendo encontrar um centro metafísico ou um referente maior que seja o equivalente ontológico ou referente co-extensivo do “Sujeito”. Se bem entendi, e posso ter-me enganado, Loparic raciocina mais ou menos assim: se não há sujeito, quem ou o quê ocupa a função que persisto atribuindo aos sujeitos morais? Acho, no entanto, que tomar decisões; distinguir o real e o imaginário; o verdadeiro e o falso; o bem e o mal etc, só são vistas como tarefas im-

possíveis para um sujeito empírico, porque Loparic recusa o ponto de vista da filosofia da linguagem ordinária e o anti-mentalismo das concepções de Ryle, Wittgenstein etc. Posso perfeitamente dizer, com Davidson, Ryle e Wittgenstein que tomar decisões, distinguir o real e o imaginário etc, são habilidades aprendidas como quaisquer outras. Não vejo em quê e por que “tomar decisões morais” é mais difícil do que aprender a jogar futebol, tocar piano, fazer música, cinema, dança, literatura ou peças de marcenaria. Não preciso imaginar um sujeito filosófico, atrás de cada jogador de futebol que faz um gol de placa, como não preciso imaginar este mesmo Sujeito, atrás das decisões que tomamos no dia a dia. Na maioria dos casos e na maioria dos fatos as pessoas são perfeitamente capazes de deliberar e agir moralmente. Mas entendo que a habilidade de tomar decisões é mais importante do que a habilidade de jogar futebol, porque, da perspectiva da moral que aceito, todos devem ser moralmente responsáveis por seus atos, mas só alguns, os que quiserem ou puderem, devem aprender a jogar futebol, dançar ou tocar piano. Se alguém, por exemplo, na clínica psiquiátrica ou psicanalítica, apresenta-se como incapaz de deliberar

Por que tomar decisões morais seria mais difícil do que fazer música, cinema, dança ou peças de marcenaria ?

moralmente ou não sabe distinguir o real do imaginário, isto não nega a hipótese do sujeito como rede de crenças e desejos. Pede apenas um refinamento desta postulação, como, por exemplo, a teoria freudiana da pluralidade identificatória dos sujeitos ou do sujeito

opiniões, como deixei claro em muitos textos que Loparic não mencionou. Vou adiante. Acho que o capitalismo moderno é dissolutor de identidades, moralidades e caminha a passos acelerados para jogar-nos todos na barbárie, pela sedução do consumo de objetos e

norte-americanos. Mais do que isso, acho que Loparic não pensaria o que pensa e como pensa, isto é, tendo gosto pela crítica e pela liberdade de pensamento, sem a tradição greco-judaico-cristã; sem a tradição política, jurídica, filosófica e moral das revoluções americana e francesa e sem os projetos políticos socialistas, que menciono, frequentemente, na mídia, e que Loparic esqueceu de citar. Se estivéssemos na Grécia Antiga, na Europa do ano 1000 ou sob Hitler, talvez um de nós ou os dois estivessem na fogueira, nos porões da Gestapo ou sendo obrigados a tomar cicuta.

Um último tópico, antes de passar ao fundamental, a psicanálise. Loparic detecta mais um dos sinais do meu democratismo conservador na ênfase que dou ao problema das minorias sexuais. A seu ver, dois problemas surgem disto. O primeiro é que minha adesão ao "pluralismo" e ao "individualismo" da cultura americana impedem-me de discriminar o que é importante para os Estados Unidos e o que é importante para o Brasil. Nos Estados Unidos, a questão das minorias faz sentido; aqui, muito mais relevante do que o "reconhecimento de grupos homossexuais" é a violência sexual contra a mulher e a criança, o aborto e o planejamento familiar. O segundo problema decorre deste. Porque não disponho de critérios universais e seguros para dizer o que é moralmente certo e só posso recorrer ao julgamento do "nós" etnocêntrico, que garantia poderia ter contra grupos fascistóides, se, por acaso, a maioria silenciosa viesse a aprova-los? Para mostrar o "caráter acrítico" do neo-pragmatismo, Loparic considera a hipótese de um grupo de "perversos" sexuais que se recusa a ser reconhecido como perverso e impõe suas perversões "como mudanças dos valores compartilhados, organizando, por exemplo, congressos de sexo alternativo"? Em seu entender eu teria que

A teoria pragmática da linguagem, no meu caso, só tem interesse porque disponho previamente da teoria freudiana do sujeito.

inconsciente ou do conflito inconsciente etc. Ao contrário do que pensa Loparic, teoria pragmática da linguagem, no meu caso, só tem interesse, porque disponho previamente, da teoria do sujeito freudiana.

Mas se o sujeito só delibera e age tendo um *background* de crenças culturais partilhadas, pergunta Loparic, quais seriam estas crenças? Em seu entender, minhas crenças básicas são as dos norte-americanos. Eu aderi ao "democratismo-conservador" e sou incapaz de ver que a "tradição crítica nos E.U.A. está longe de ter a radicalidade da européia"; que a cultura ocidental tem um caráter híbrido (greco-judaico); que existe distinção entre reformistas e revolucionários; que esta cultura está em decomposição, conforme Freud, Marx e Fernando Pessoa; e que, para Heidegger, "racionalidade técnica é sinônimo do nihilismo crescente de nossa época". Vejo tudo o que Loparic vê e concordo com boa parte de suas

pela massificação do indivíduos, transformando sujeitos morais em párias ou em puros consumidores. Só não vejo o que o neo-pragmatismo linguístico tem obrigatoriamente a ver com tudo isto. Dou um exemplo. Quando num pequeno artigo jornalístico dizia que "o sonho americano está morto; viva o sonho americano", referia-me, no contexto, à idéia de que certos valores democráticos tinham vingado nos Estados Unidos. Continuo acreditando nisto, como acredito que poderia dizer o mesmo de muitos países europeus em que a tradição democrática continua sendo um valor. Não desconheço as fontes da cultura ocidental citadas por Loparic; apenas guardo delas o que julgo importante guardar. Se Nietzsche acha que pode jogar fora toda a tradição judaico-cristã, Loparic concorda com ele, e eu discordo dos dois, neste aspecto, não sei por que isto me torna um míope conservador, hipnotizado pela "razão técnica" e pelos modismos

aceitar esta opinião, se quisesse permanecer fiel ao ideal de auto-enriquecimento. Mas, diz ele, e se o auto-enriquecimento dos supostos perversos passar pelo “nosso empobrecimento”?

Passo à réplica. Em primeiro lugar, não desconheço as diferenças entre os Estados Unidos e o Brasil, e discordo dos autores que parecem satisfeitos com o atual estatuto teórico e com a prática social das minorias sexuais. Aliás, neste ponto, não só discordo como me permito retificar Loparic. Nunca procurei legitimar, nem psicanalítica, nem pragmaticamente, a política identitária das minorias americanas. Loparic equivocou-se completamente atribuindo-me uma opinião diametralmente oposta a que tenho. Discuto a questão do homoerotismo porque acho um fato humano relevante; porque é um item da pesquisa que fiz sobre Aids e porque é um item da pesquisa que continuo fazendo sobre sexualidade em geral. Isto nada tem a ver com lista de prioridades sexuais brasileiras, nem com adesão sonambúlica a ideologias americanas. Precisamente porque disponho da teoria psicanalítica do sujeito e da teoria neo-pragmática da linguagem, creio que as políticas de identidade sexual foram uma resposta político-cultural possível e viável, em certas circunstâncias históricas, mas que correm o risco de nutrir o preconceito que visam combater, na medida em que continuam utilizando o sistema de nomeação que o preconceito criou, isto é, em que continuam dividindo moral e identitariamente todos os sujeitos do mundo em heterossexuais, homossexuais, bissexuais etc. Isto está dito nos textos jornalísticos, em *A inocência e o Vício* e em minha próxima publicação, *A face e o verso*. Mas entendo que a saída da política das minorias foi o que pôde ser, e limito-me a propor uma compreensão do problema que evite o que considero indesejável nestas políticas.

Em segundo lugar, vejamos o problema da garantia oferecida pelo “nós” neo-pragmático contra o hipotético assalto de minorias sexuais, políticas ou religiosas fanáticas. Este tópico também concerne ao que Loparic chamou de “coletivização” da verdade. Não vejo problema algum em decidir se devemos ou não aceitar fanatismos ou violências de qualquer ordem, com ou sem aprovação popular. Novamente, acho que Loparic quer encontrar um “nós” que, fora do tempo e da história, decida o que é bom ou mau para todos em quaisquer circunstâncias imagináveis. Não penso que tal “nós” exista nem que possa vacinar-nos contra brutalidades e totalitarismos, justamente porque não dispomos to-

Nunca procurei legitimar, nem psicanalítica, nem pragmaticamente, a política identitária das minorias americanas.

dos dos mesmos princípios universais apriorísticos que ele tanto defende. Mas se o pragmatismo não tem como responder ao que Loparic pergunta, acho que seus autores preferidos também não. A melhor prova é a adesão de Heidegger ao nazismo. Por exemplo, o “nós” que lutou contra o nazismo foram os “democratas”, alguns estalinistas, trotskystas do

Exército Vermelho, socialistas, cristãos de esquerda, liberais, resistentes sem filiação política explícita, mas que se horrorizavam com as atrocidades, etc. O “nós” que é contra a pena de morte e o assassinato de crianças no Brasil, podem ser as elites intelectuais, os pais dos menores, religiosos, juristas, membros da Anistia Internacional, jornalistas, políticos, donas de casa etc. Loparic não me persuadiu de que preciso de um substrato fixo para usar prática e eticamente a idéia de sujeito ou de “nós”.

Mas o “nós”, de fato, obedece à injunções morais. Por isso, Rorty diz que as máximas que visam a auto-perfeição individual não podem ir de encontro aos ideais de justiça para todos; o que é bom para a vida privada não é necessariamente bom para a vida pública, e vice-versa. Para ilustrar o que digo, tomo o experimento de pensamento feito por Loparic. Se um grupo de “perversos sexuais” quisesse praticar suas “perversões” e estas “perversões” não atentassem contra a integridade físico-moral dos “não-perversos”, não teria dificuldade alguma em aceitar os tais “perversos sexuais”, que, diga-se de passagem, não acredito que existam, a não ser no vocabulário das ideologias médico-psiquiátricas que o século XIX nos legou. E se Loparic retrucasse que estes perversos “empobrecem” nossa imagem moral, o “nós” contrário a opinião desta imaginária maioria diria: embora a maioria acredite que vai empobrecer-se moralmente, não somos obrigados a concordar com ela, por várias razões. Primeiro, até recentemente, a maioria reprovava as relações sexuais pré-conjugais, porque achava que a perda da virgindade feminina “empobrecia” moralmente a imagem da mulher e as relações sexuais fora do casamento enfraqueciam a família. Depois, esta mesma maioria defendia a indissolubilidade do casamento, acreditando que a

separação dos casais traria danos irreparáveis aos filhos crianças e à sociedade. Tudo isto aconteceu e nem a sociedade, nem os filhos, nem o mundo desabaram no caos moral previsto pelo conservadorismo. Hoje, novas formas de relacionamento estão sendo criadas, com ou sem casamento, com ou sem coabitação, com ou sem fidelidade monogâmica etc, e não nos transformamos todos em monstros morais. Continuamos nossas vidas, com novos conflitos, nem maiores, nem menores do que os conflitos gerados pela reprodução da família nuclear e monogâmica. Os “perversos sexuais” de Loparic, amanhã, podem deixar de ser “perversos”. Basta que respeitemos nossa tradição ética. Se não mudarmos nossos padrões éticos podemos aceitar, a princípio, qualquer preferência sexual, desde que não violente nossa mínima moral.

O “nós”, por conseguinte, é sempre um “nós” referido à escolha preliminar das prescrições éticas aceitas ou o “nós” que, retrospecti-

lesassem os ideais de justiça pública; Marx e Engels é “nós”, porque imaginaram um futuro melhor, livre da opressão e dos abusos do capitalismo; Joaquim Nabuco é “nós”, porque combateu a escravidão etc. O “nós” é contingente e sua única escora são as crenças morais que atualmente julgamos dignas de serem mantidas e reproduzidas. É isto que nos impede de aceitar fanatismos e violências de grupos políticos ou de pretensos “perversos sexuais”. Mas, se pessoas querem se reunir para fazer sexo alternativo, via Internet, não sei por que Loparic tanto se escandaliza - “Que tempos” é sua expressão! Acho que Loparic dá uma importância ao “sexo alternativo” que não dou. Usar a Internet para excitar-se sexualmente não me parece nem mais nem menos “indecente ou perverso” do que foi o ato de escrever cartas de amor às escondidas dos pais puritanos ou católicos, como no século XIX, ou o fato de usar o telefone para namorar e marcar encontros em motéis. Grave, a meu ver, não é

outros, tendo como arma o conhecimento ou o saber. Os perversos que me preocupam não são os de Krafft-Ebing; são os descritos por Contardo Calligaris; os que gozam com a dor, a humilhação ou o aniquilamento físico-moral dos mais frágeis, desorientados e desamparados. Concordo com Loparic de que a exploração capitalista das preferências sexuais dos indivíduos é uma coisa odiosa. Mas é odiosa porque ninguém deve fazer das necessidades afetivo-sexuais dos outros fonte de lucro. Da mesma forma, acho que a moderna tendência americana, européia ou brasileira a esvaziar qualquer discussão política sobre o bem comum, em benefício quase exclusivo da defesa de interesses grupais, é um passo atrás na prática da democracia. Loparic engana-se quando pensa que vejo em Rorty a referência exclusiva das opiniões políticas que tenho. Quando penso em política, penso em Rorty, mas também e sobretudo em Marx, Rosa Luxemburgo, Hannah Arendt, Castoriadis, Claude Lefort, Foucault etc. Não sei em que o neo-pragmatismo ver-se-ia em palpos de aranha para deliberar moralmente sobre as questões que Loparic imagina.

Enfim, Loparic chega à psicanálise, por meio da crítica feita às idéias de “realidade linguística” do sujeito e de suas crenças. Porque acredito que só existem realidades linguísticas, diz ele, enuncio coisas que lhe parecem extravagantes. Parece-lhe extravagante, por exemplo, aceitar que satisfação sexual ou que “tesão seja um fato linguístico”. Mas, em primeiro lugar, dizer que “tesão” é um fato linguístico não quer dizer, como pensa Loparic, que a extensão da palavra “tesão” não comporte referentes corporais. Dizer que “tesão” é um fato linguístico quer dizer que só sabemos que estamos com “tesão” ou que “estamos sexualmente satisfeitos” se apren-

Usar a Internet para excitar-se sexualmente não é nem mais nem menos “perverso” do que escrever cartas de amor às escondidas.

vamente, assumimos como fazendo parte ou constituindo a história ética da comunidade. Adriano, em Roma, é “nós”, porque foi mais tolerante do que Domiciano; Thomas Jefferson é “nós”, porque disse que todos tinham direito a professarem suas crenças privadas, desde que não

fazer amor (se chegarmos lá!) ou excitar-se por computador; grave é usar a Internet para especular financeiramente, fazer guerras ou organizar, por exemplo, congressos de eruditos, onde, muitíssimas vezes, os participantes se ofendem, se agredem e humilham uns aos

demos a reconhecer em tal ou qual estado físico, tal ou qual esta do mental, o referente ou os referentes da "satisfação". Loparic acha que não. Pelo que entendi, ele acredita que o estado psicofísico do "tesão", para retomar seu termo, é um referente ou um fato referencial, - fisiológico, anatômico, sensorial, sentimental, neurológico separados ou juntos pouco importa - independente de qualquer descrição. Não é o que dizem Freud e Wittgenstein. Tanto um quanto outro, por vias diversas, chegaram à conclusões semelhantes: os modos de "sentir satisfação sexual", "dizer-se satisfeito sexualmente" são tão variados quantas são as coordenadas pessoais e culturais que determinam o uso correto do termo "satisfação". Não sei como Loparic pode saber o que é "tesão" sem conhecer o sentido do termo "tesão". Suponhamos que eu falasse "uargh" e dissesse que o que Loparic sente não é "tesão" mas "uargh"? Loparic poderia responder que pouco importa, contanto que "tesão" e "uargh" *refiram-se* a "prazer" ou "excitação". Mas se eu replicasse: o que é "prazer" e "excitação"? Até onde Loparic iria continuar definindo? Até apontar para tal ou qual fato físico e dizer "está aí o tesão". Mas qual fato físico? A ereção, no homem? Ou as transformações epidérmicas? Ou o estado da circulação sanguínea? Ou os batimentos cardíacos? Ou tudo isto mais os estados mentais? Mas posso ver e designar ostensivamente estados mentais? Onde está a clareza de Loparic e minha "imprecisão" neo-pragmática? Tomo outra direção. E se Loparic disser que "tesão" é prazer e eu responder que para uma histórica, como Dora, "tesão" é "nojo" e para um monge zen ou para um monge medieval católico "tesão" é desprazer? A histórica, o monge zen e o

monge católico estão errados? Ou não sabem o que é "tesão" e "pensam que é outra coisa"? Suponhamos que estejam equivocados; que não conheçam psicanálise e "não saibam" que o "que é desprazer na consciência" é "prazer no inconsciente"? Mas o que é "desprazer e prazer" no inconsciente? É alteração de carga energética ou alteração de carga energética mais seus "representantes- representação"? E o que é "representante-representação", sem o qual, não existe marca inconsciente alguma do que seja prazer ou desprazer? Abrevio: de nada adiantaria deslocar o problema para o lado do inconsciente e é por isso que Lacan disse que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

É claro que a palavra "tesão" ou "satisfação sexual" compreendem, em suas respectivas extensões, referentes corporais. Mas se os fatos corporais que reconhecemos como fazendo parte do que chamamos de "satisfação sexual" ocorressem e marcássemos seu surgimento com outros significantes ou outras palavras, eles não seriam "tesão" ou "satisfação" mas outra coisa, e a diferença psíquica é enorme. Uma coisa, por exemplo, é dizer que se sofre ou se é inibido porque se é incapaz de "sentir excitação ou satisfação sexual"; outra coisa é dizer-se que se é feliz e virtuoso, porque se é capaz de vencer a tentação do demônio, domesticando a força da Carne, referindo-se a um estado corporal idêntico ao da inibição ou "insatisfação sexual", como no hipotético caso do monge medieval católico. É neste sentido que falei da "realidade linguística" da satisfação sexual. Mas não preciso fazer uma excursão até a Idade Média, para exemplificar o que digo. Tomo uma experiência clínica: pode-se ejacular sem orgasmo e dizer-se que "não houve satisfação sexual com a ejaculação"; pode-se ter orgasmo e

sentir-se sofrimento em vez de prazer, e dizer-se "que o orgasmo não foi sexualmente satisfatório". O que vale para estados físicos e sensoriais, como nos exemplos que dei, vale para estados sentimentais. No caso da fome o problema é o mesmo. Se Loparic usa "fome" como sinônimo de trocas metabólicas entre o organismo humano e o ambiente, então, nada a comentar. Mas se Loparic distingue entre uma descrição fiscalista do organismo humano e uma descrição psíquica ou linguística, então, reitero: só sente fome quem saber usar corretamente a palavra fome, no contexto linguístico em que esta palavra tem sentido. Fome não é apenas necessidade de substâncias cons-

Até onde Loparic
continuará
definindo? Até o fato
físico - mas *qual* fato
físico? Onde está a
clareza dele e a
minha imprecisão?

trutoras, energéticas e reguladoras; fome é um determinado estado mental, que aprendemos a reconhecer, com ajuda, é claro, de referentes físicos. Posso dizer, com sentido, por exemplo, que "não sinto ou não estou com fome", embora meu organismo esteja desequilibrado pela falta de alimentos, como nas anorexias, e posso dizer que "continuo com fome", embora meu organismo

esteja supersaturado de alimentos, como nas bulimias. Neste caso, Loparic vai responder que "o sujeito tem fome mas não sabe que tem fome"? Como ele pode dizer isto, a não ser recorrendo à hipótese do inconsciente que, a meu ver, apenas desloca a questão, para o terreno da polaridade consciente-inconsciente, mas sem contornar a

que o melhor da psicanálise está neste "behaviorismo". Se, ao contrário, ele quer dizer que behaviorismo é igual a reduzir o sujeito humano a um puro bloco de reflexos obedientes aos esquema estímulo-resposta; ou a negar que existam acontecimentos mentais; ou a negar que existam fantasias, desejos ou intenções inconscientes

Nunca disse, escrevi ou defendi a idéia de que os ideais católicos fossem a solução para os problemas éticos do nosso tempo.

questão da linguagem? Tal como entendo, Loparic quer garantir a identidade semântica da palavra "satisfação sexual", encontrando critérios, coisas ou fatos independentes das práticas linguísticas; eu continuo pensando que as noções de "satisfação sexual" e "fome" possuem vários referentes, inclusive os corporais e que, para serem usadas corretamente, e, por conseguinte, poderem ser sentidas, pensadas e refletidas como sendo "satisfação" e "fome" requerem o acordo sobre o sentido, nos hábitos linguísticos partilhados. Loparic diz que isto é behaviorismo. Mas, se por behaviorismo ele quer dizer que dispense os intermediários mentais como "espaço psíquico"; "mente"; "psiquismo" etc, como sinônimo de "coisa à parte" dos atos de linguagem que nos constituem como sujeitos e constituem nossos desejos, pensamentos, sentimentos, sensações etc, então, neste sentido sou behaviorista, e continuo achando

que nos movem; ou que somos causados por atos linguísticos ou "razões" linguísticas que têm a ver como nosso passado infantil e que desconhecemos conscientemente etc, então, não sou behaviorista, porque acho que, sem tais noções, não seria psicanalista. É tudo. Por fim, respeitando os limites de uma réplica, passo à duas questões psicanalíticas abordadas por Loparic: a da ética referida ao problema dos ideais e a da descaracterização da psicanálise. Loparic diz que no estudo que fiz em "Narcisismo em tempos sombrios" analiso a questão da ética exclusivamente sob o ângulo dos ideais, e que isto é Freud, mas não todo Freud nem o fundamental em Freud. Acho que ele, em parte, tem razão. Naquele trabalho, preocupado com as questões da transgressão das normas sociais, enfatizei o problema dos valores sobretudo do ângulo da relação do eu com os Ideais, a ponto de obscurecer

outras facetas da questão. Procurei corrigir este ponto de vista, no trabalho que fiz sobre a burocracia psiquiátrica, onde trato a economia narcísica do ponto de vista da montagem perversa e da relação com as figuras do ego-Ideal. Loparic aponta, além disso, para outras referências teóricas sobre o tema que reputo importantes. Mas sua intenção principal, no comentário deste tópico, é criticar minha suposta leitura do pânico narcísico ligado à perda dos Ideais da Massa. Digo suposta porque, aqui de novo, Loparic entendeu incorretamente o que quis dizer. Loparic diz que faço uma leitura "inexata e simplificadora" do estado narcísico de pânico, porque atribuo a Freud a idéia de que em qualquer sociedade, como nas massas, a dissolução dos ideais enfraquece os laços libidinais entre os sujeitos, levando-os ao caos social. Vai além e diz que uso o exemplo dado por Freud, do romance inglês "When it was dark", para defender o valor dos ideais cristãos na ordem cultural, e, atribuir a Freud esta opinião. Entende que tomo o partido de uma visão católica do mundo e afirma: "Vemos a diferença: Jurandir nem considera a possibilidade de que os ideais morais básicos possam ser perigosos. Para ele, a fonte do mal é a crueldade, nunca a solidariedade. Para ele, a morte de Deus é o prenúncio da época dos crimes. Freud, que leu Nietzsche, sabe que o Deus vivo não previne crimes. A agressão não é (apenas) uma função do narcisismo, mas uma expressão da pulsão de morte, mediatizada pelo supereu e seus ideais de solidariedade" (p.95).

Nunca disse, escrevi ou defendi, em *Narcisismo em Tempos Sombrios*, a idéia de que o ideal católico de ordenação dos valores sociais fosse a solução para os problemas éticos de nosso tempo. Tampouco disse que era isso o que Freud dizia, o que seria um total

despropósito! Quem está minimamente familiarizado com a opinião que Freud tinha sobre a religião, em especial sobre o cristianismo católico, sabe que ele considerava a religião, como certas formas de política, uma ilusão nociva aos homens. Limitei-me a usar o exemplo de Freud, exatamente como ele usa, ou seja, mostrando como a condição da coesão das massas e grupos é a identificação recíproca dos membros, pela adoção de um mesmo ideal de Eu. Portanto, a crítica que Loparic me dirige, neste ponto, nem de longe me concerne. Concordo, contudo, quando ele diz que a coesão de grupos em torno de ideais particulares, religiosos ou não, é, segundo Freud, um dos meios de projeção no estranho, no estrangeiro, da hostilidade dos sujeitos, pela via do narcisismo das pequenas diferenças ou como uma expressão da pulsão de morte.

Quanto ao valor dos ideais na organização de sociedades complexas, de fato, esta idéia não está em Freud. É uma hipótese que lancei, baseado em analogias que acreditei plausíveis. Mas jamais disse que Freud havia feito a mesma extrapolação, portanto, não acho que fiz nenhuma leitura inexata e simplificadora, porque escolhi explorar uma hipótese, entre outras, sobre a gênese dos ideais morais. Aceito que Loparic não concorde com a extrapolação, embora tenha argumentos que julgo caucionarem meu ponto de vista e que não posso desenvolver, dadas as limitações desta resposta. Discordo, entretanto, quando Loparic opõe seu ponto de vista ao meu, como se o dele fosse verdadeiramente freudiano e o meu não. Por exemplo, quando Loparic diz que “a agressão não é (apenas) uma função do narcisismo, *mas uma expressão da pulsão de morte, mediatizada pelo supereu e seus ideais de solidariedade*”, seleciona, na teoria freudiana, aquilo

que se mostra compatível com os pressupostos de sua análise e cria inferências que são suas e não de Freud. Brevemente, interpreta Freud como eu interpretei. A meu ver, isto nada tem de ilegítimo, só que ele não explicita seus propósitos. Assim, concordo que, em alguns trabalhos, Freud não distin-

Lancei uma hipótese sobre o valor dos ideais; jamais disse que Freud havia feito a mesma extrapolação.

que *supereu de ideais do eu*, e emprega a expressão “supereu coletivo e seus ideais”. Mas derivar desta idéia a conclusão de que a barreira contra a pulsão de morte encontra-se na Razão é um *puzzle* armado por Loparic e não por Freud. Com esta construção, Loparic pretende dizer que eu, com meu democratismo conservador, rortyanizo Freud, enquanto que ele reproduz a letra freudiana: toda solidariedade redundante em crueldade e uma não pode ser o oposto da outra. Donde a conclusão “imperativa”: contra a pulsão de morte, o “Deus Logos”, a “ditadura da razão”, que, segundo o Freud de Loparic, nada teria de “totalitária”, pois “as regras da razão são libertadoras dos fantasmas do desejo não ligado, bem como da tradição edípica”

(p.14). Concordo que Freud, acreditava, às vezes, na razão psicanalítica ou científica como remédio para a hostilidade mútua dos humanos. Mas não apenas discordo desta opinião - e a história das idéias científicas e dos movimentos psicanalíticos me tornam cético quanto à função pacificadora do “Deus Logos” - quanto posso oferecer outras opiniões de Freud que convergem para o que penso. Em “O mal-estar da cultura”, falando de ética, Freud diz que “a única coisa de que tem certeza é que os julgamentos de valor feitos pelos homens são indiscutivelmente inspirados por seus desejos de felicidade, e que tais julgamentos são tentativas de apoiar suas ilusões com argumentos”. Ainda neste texto, não é no “Deus Logos” ou “na ditadura da razão” que Freud aposta para enfrentar a pulsão de morte, mas em “Eros”, que também chama de “amor” - goste ou não Loparic da “metafísica da linguagem ordinária” -, de “relações libidinais”, de “pulsão de vida”, mas, em nenhum momento, de Razão: “Acrescentamos, agora, que este processo [civilizatório] estaria a serviço de Eros e quereria, por isso, reunir indivíduos isolados, mais tarde, famílias, depois, tribos, povos ou nações em uma vasta unidade: a própria humanidade. Não sabemos nada sobre isto; seria justamente a obra de Eros”.

Leio o que Freud diz como equivalente à proposta de solidariedade de Rorty: estender, tanto quanto possível, a referência do pronome “nós”. Se tais ou quais preceitos éticos geram hostilidade contra o outro, que nada faz ou fez contra a moral que defendo, então abandono estes valores como mesquinhos. Procuo outros, onde possa apoiar-me para redescrever o maior número de sujeitos possíveis como membros da nossa fratria. Não tenho por que renunciar à solidariedade, como não tenho por que livrar-me dos meus músculos ou da vontade de conhecer, embora

possa usar os músculos para atacar outros e o conhecimento para re-descrever o outro de modo a humilhá-lo. Para Loparic, o que permite a ligação “dos fantasmas de desejo não ligado” são as regras da razão, que são libertadoras; para mim, também segundo Freud, o que permite a ligação “dos fantasmas de desejo não ligado” é Eros. Pergunto: a psicanálise de Loparic é mais psicanalítica e mais freudiana do que a minha? Vista de outro ângulo, poderia perfeitamente dizer que sua psicanálise está carregada de Habermas, não obstante Heidegger. Continuo com minha opinião.

Por último, o problema da caracterização da psicanálise. Vou ser breve. Não sei por que a psicanálise seria mais ou menos descrita por hipóteses neo-pragmáticas da linguagem do que por qualquer outra leitura do campo psicanalítico. Aliás, Widlöcher, Schafer, Georges Klein e Marcia Cavell usaram conceitos idênticos e continuam falando de psicanálise. Existem vários modelos de reflexão psicanalítica. Uns problematizam noções já estabelecidas e razoavelmente consensuais entre os praticantes da psicanálise, e este traba-

isto foi e continua sendo comum. Não vejo por que Freud seria transformado num “superstar midiático” porque disse que ele foi inventor de vocabulários, nem vejo heresia alguma em falar em “redescrições” na psicanálise. “Redescrições” é só uma maneira de acentuar a idéia de que o sujeito é uma realidade linguística ou um efeito de linguagem e de dizer, por exemplo, que interpretações, perlaborações e construções em análise não visam desvelar nenhum existente real que seja o “último” referente do desejo nem nenhuma estrutura onde se localiza o “irredutível sujeito do desejo”. Não consigo ver no uso de palavras como vocabulário, descrição etc, nenhuma edulcoração calvinista da radicalidade freudiana. Se Loparic acredita que a radicalidade de Freud está no conceito de pulsão de morte, eu acredito que a maior originalidade de Freud foi a de dizer que toda nossa realidade psíquica é contingente e que somos uma pluralidade identificatória sem centro ordenador metafísico, dada a vicariância, a variabilidade e a imprevisibilidade de nossos desejos. Muitos, antes de Freud, disseram que somos agressi-

identificar múltiplos objetos de desejos, criando imagens contraditórias de si, e sofrendo, morrendo, matando ou gozando por coisas e com coisas absolutamente imprevisíveis ou inesperadas.

Concluindo, penso que o que pude dizer a respeito das relações entre psicanálise e pragmática ainda é incipiente, preliminar, tosco e que muito resta a ser feito. Com o progredir do trabalho, eu e os colegas que se interessam pelo assunto podemos guardar muito, pouco ou quase nada do que pensamos hoje. É um risco. Por isso, procuro estar atento ao que se faz em outros campos da investigação psicanalítica, inclusive às tentativas interessantíssimas, a meu ver, que vêm sendo feitas, entre outros por Luis Cláudio Figueiredo, Contardo Calligaris e Davi Lévi de reler Freud pelo viés da hermenêutica de Gadamer ou de noções de Heidegger. Mas, reafirmo, o que for deixado de fora ou reformulado, não o será por fidelidade a Freud, à psicanálise ou a qualquer corrente psicanalítica em particular. Sou psicanalista não porque tenho obrigações de fé com Freud e com sua teoria, mas porque sinto-me *comprometido com os objetivos que Freud queria alcançar*, quando criou a psicanálise. Freud queria estudar o psiquismo humano e servir-se deste estudo para ajudar as pessoas a “recuperar suas faculdades de agir e gozar da existência”. Ou então, para tentar trazer “*harmonia, paz de espírito, plena eficiência*” às pessoas “*infelizes, neuróticas, dilaceradas por conflitos, inibidas em sua vida social*”. Até o momento, é isto que me fascina na psicanálise; ser alguma coisa de “humanamente útil”, como dizia Wittgenstein. É esta tarefa, talvez de Sisifo, que chamo de exercício de solidariedade.

Uma vez mais, agradeço a Zelko Loparic e à revista *Percurso* pela oportunidade do diálogo.

A maior originalidade de Freud foi dizer que somos uma pluralidade identificatória, sem centro ordenador metafísico.

lho é importantíssimo; outros, como no caso de Ferenczi, Lacan, Winnicott, os psicólogos do *self*, buscam acrescentar ao vocabulário freudiano noções da linguagem ordinária ou de outras disciplinas do conhecimento. Na história da psicanálise,

vos, destrutivos e que trazemos o mal ou a morte na alma. Ao que saiba, muitíssimo poucos, antes dele, fizeram-nos ver que a evolução produziu bichos que usam linguagem, e porque usam linguagem, podem identificar-se com ou